

CELULOSE IRANI S.A.

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. TRIBUTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
15. ATIVO BIOLÓGICO
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
17. DEBÊNTURES
18. FORNECEDORES
19. PARTES RELACIONADAS
20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
22. PREJUÍZO POR AÇÃO
23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
28. SEGUROS
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
30. SEGMENTOS OPERACIONAIS
31. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)
32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Celulose Irani S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e com sede na Rua General João Manoel, nº 157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting*), emitidas pelo IASB – *Internacional Accounting Standards Board*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de transição para IFRS/CPC’s.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não em vigor:

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que serão obrigatórias para períodos a partir de 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas

antecipadamente pela Companhia. A Administração avalia os possíveis impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e a valor justo. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não há expectativas de mudanças que produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes: essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração avaliou e ponderando as características atuais de suas transações não há expectativa de mudanças que produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: a nova norma substitui o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários devem reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração está em procedimento de avaliação dos impactos da nova norma especialmente em relação às operações em terras de terceiros verificando os critérios de transição à mesma.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que poderiam ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

f) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

h) Propriedade para investimento

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

i) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *goodwill*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

j) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 15.

k) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“*Impairment*”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Em 2017 a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros.

l) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são

geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

n) Hedge de fluxo de caixa (*Hedge Accounting*)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do período.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo: quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do exercício.

o) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do *leasing* operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

q) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 6 e nº 10), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 20), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedidos pelos Governos do Estado de Santa Catarina e do Estado de Minas Gerais. Em agosto de 2017 houve a publicação da Lei Complementar 160 e em dezembro de 2017 a publicação do Convênio Confaz 190, que deliberaram sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

Em relação ao Convênio Confaz 190, os Estados de Santa Catarina e Minas Gerais publicaram respectivamente os Decretos nºs. 1.555/18 e 47.394/18, convalidando, reinstituindo os incentivos fiscais concedidos à Companhia nos termos Lei Complementar nº160/2017.

Embora o incentivo fiscal detido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras (nota explicativa nº 32).

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos

circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

t) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

u) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do exercício.

v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)			
Empresas controladas - participação direta	Atividade	31.12.17	31.12.16
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	99,99	99,99
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA *	Geração de energia elétrica	99,56	99,43

* em fase de avaliação de projetos eólicos para implementação

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Fundo fixo	29	33	31	34
Bancos	8.860	3.610	9.060	3.759
Aplicações financeiras de liquidez imediata	67.007	79.201	67.858	100.092
	<u>75.896</u>	<u>82.844</u>	<u>76.949</u>	<u>103.885</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa – CDB, à taxa média de 65 % do CDI e possuem vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	156.145	151.194	157.179	152.434
Clientes - mercado externo	27.508	20.062	27.508	20.062
	<u>183.653</u>	<u>171.256</u>	<u>184.687</u>	<u>172.496</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.513)	(17.612)	(16.563)	(18.269)
	<u>167.140</u>	<u>153.644</u>	<u>168.124</u>	<u>154.227</u>

Em 31 de dezembro de 2017, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 13.313, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
À vencer	153.891	129.543	154.811	129.947
Vencidos até 30 dias	14.187	15.679	14.230	15.769
Vencidos de 31 a 60 dias	4.872	3.961	4.892	3.962
Vencidos de 61 a 90 dias	2.616	2.164	2.616	2.164
Vencidos de 91 a 180 dias	2.227	1.377	2.227	1.446
Vencidos há mais de 180 dias	5.860	18.532	5.911	19.208
	<u>183.653</u>	<u>171.256</u>	<u>184.687</u>	<u>172.496</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 57 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Saldo no início do exercício	(17.612)	(14.733)	(18.269)	(15.390)
Provisões para perdas reconhecidas	(12.626)	(2.879)	(12.676)	(2.879)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis	13.725	-	14.382	-
Saldo no final do exercício	<u>(16.513)</u>	<u>(17.612)</u>	<u>(16.563)</u>	<u>(18.269)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 90.547 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 e 17.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2017 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	93,88	145.337
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	5,31	8.220
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,81	1.254
		<u>154.811</u>

a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.

b) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.

c) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Produtos acabados	8.321	7.689	8.828	7.792
Materiais de produção	39.056	36.012	39.056	36.012
Materiais de consumo	23.674	22.695	23.731	22.768
Outros estoques	537	479	537	479
	<u>71.588</u>	<u>66.875</u>	<u>72.152</u>	<u>67.051</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício de 2017 foi de R\$ 621.676 (R\$ 596.872 em 2016) na controladora e R\$ 622.425 (R\$ 593.422 em 2016) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício não inclui redução ao valor realizável líquido.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
ICMS	4.313	5.234	4.313	5.234
PIS/COFINS	832	155	832	155
IPI	400	187	400	187
Imposto de renda	38	137	38	137
Contribuição social	107	103	107	103
IRRF s/ aplicações	2.119	1.799	2.120	1.863
Outros	15	10	15	10
	<u>7.824</u>	<u>7.625</u>	<u>7.825</u>	<u>7.689</u>
Parcela do circulante	5.757	5.233	5.758	5.297
Parcela do não circulante	2.067	2.392	2.067	2.392

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IRRF sobre aplicações financeiras são utilizados ao longo do ano quando apurado IR a recolher, ou compensados com outros tributos federais a partir do ano seguinte quando ainda restar saldo a recuperar.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Banco do Brasil - Nova York - a)	6.188	13.537	6.188	13.537
Banco Itaú - b)	-	18.545	-	18.545
Banco Santander - b)	-	30.995	-	30.995
Banco Rabobank - b)	2.149	18.584	2.149	18.584
Banco Itaú Trustee - b)	-	12.537	-	12.537
Banco Original	395	-	395	-
Total circulante	<u>8.732</u>	<u>94.198</u>	<u>8.732</u>	<u>94.198</u>

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores em dólares retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais de juros do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2018.
- b) Banco Itaú, Banco Santander, Banco Rabobank e Banco Itaú Trustee – representado por valores depositados em aplicações financeiras cujos resgates ocorrerão nas datas

dos vencimentos em 2017 e 2018 de operações de capital de giro contratadas junto aos próprios bancos.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Adiantamento a fornecedores	3.563	3.518	3.638	3.613
Créditos com funcionários	1.354	1.616	1.390	1.640
Renegociação de clientes	21.713	24.325	21.713	24.352
Despesas antecipadas	795	1.706	795	1.706
Crédito a receber XKW Trading	-	4.624	-	4.624
Outros créditos	5.009	4.320	5.035	4.349
	<u>32.434</u>	<u>40.109</u>	<u>32.571</u>	<u>40.284</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	(14.074)	(5.407)	(14.074)	(5.407)
	<u>18.360</u>	<u>34.702</u>	<u>18.497</u>	<u>34.877</u>
Parcela do circulante	13.635	19.482	13.746	19.629
Parcela do não circulante	4.725	15.220	4.751	15.248

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2021 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Saldo no início do exercício	(5.407)	(4.049)	(5.407)	(4.049)
Provisões para perdas reconhecidas	(10.964)	(1.358)	(10.964)	(1.358)
Renegociações baixadas durante o período como incobráveis	2.297	-	2.297	-
Saldo no final do exercício	<u>(14.074)</u>	<u>(5.407)</u>	<u>(14.074)</u>	<u>(5.407)</u>

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda – refere-se à venda da então Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda em 20 de dezembro de 2012, em parcelas anuais com vencimento final no ano de 2017. O saldo foi baixado e reconhecido integralmente no resultado deste exercício.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2017 e de 2016 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados tributos diferidos passivos.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	4.137	4.335	4.137	4.335
Sobre prejuízo fiscal	17.093	32.090	17.093	32.090
Hedge de fluxo de caixa	29.497	30.897	29.497	30.897
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	1.489	1.561	1.489	1.561
Sobre prejuízo fiscal	6.155	11.552	6.155	11.552
Hedge de fluxo de caixa	10.619	11.123	10.619	11.123
	<u>68.990</u>	<u>91.558</u>	<u>68.990</u>	<u>91.558</u>
PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	4.128	3.989	4.128	3.989
Valor justo dos ativos biológicos	24.415	30.695	26.297	32.844
Custo atribuído do ativo imobilizado	124.502	122.206	132.101	129.805
Subvenção governamental	590	981	590	981
Carteira de clientes	781	979	781	979
Amortização ágio fiscal	14.675	11.081	14.675	11.081
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.486	1.436	1.486	1.436
Valor justo dos ativos biológicos	8.789	11.050	9.806	12.211
Custo atribuído do ativo imobilizado	44.823	43.994	47.558	46.729
Subvenção governamental	212	353	212	353
Carteira de clientes	281	353	281	353
Amortização ágio fiscal	5.283	3.989	5.283	3.989
	<u>229.965</u>	<u>231.106</u>	<u>243.198</u>	<u>244.750</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>160.975</u>	<u>139.548</u>	<u>174.208</u>	<u>153.192</u>

A Administração não reconheceu neste exercício imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.12.17
2018	10.090
2019	11.533
2020	10.762
2021	8.742
2022 em diante	27.863
	<u>68.990</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.16	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo final 31.12.16
Impostos diferidos ativos com relação a:					
	Provisão para participações	(3.752)	79	-	(3.673)
	Provisão para riscos diversos	(5.984)	3.761	-	(2.223)
	Hedge de fluxo de caixa	(74.694)	-	32.674	(42.020)
	Total diferenças temporárias	(84.430)	3.840	32.674	(47.916)
	Prejuízos fiscais	(16.039)	(27.603)	-	(43.642)
		<u>(100.469)</u>	<u>(23.763)</u>	<u>32.674</u>	<u>(91.558)</u>

Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.17	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.17
Impostos diferidos ativos com relação a:						
	Provisão para participações	(3.673)	-	-	-	(3.673)
	Provisão para riscos diversos	(2.223)	270	-	-	(1.953)
	Hedge de fluxo de caixa	(42.020)	-	1.904	-	(40.116)
	Total diferenças temporárias	(47.916)	270	1.904	-	(45.742)
	Prejuízos fiscais	(43.642)	8.356	-	12.038	(23.248)
		<u>(91.558)</u>	<u>8.626</u>	<u>1.904</u>	<u>12.038</u>	<u>(68.990)</u>

Controladora passivo	Saldo inicial 01.01.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.17
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	2.614	2.811	5.425	189	5.614
Valor justo dos ativos biológicos	51.088	(9.343)	41.745	(8.541)	33.204
Custo atribuído e revisão da vida útil	166.959	(759)	166.200	3.125	169.325
Subvenção governamental	1.291	43	1.334	(532)	802
Carteira de clientes	1.601	(269)	1.332	(270)	1.062
Amortização ágio fiscal	10.182	4.888	15.070	4.888	19.958
	<u>233.735</u>	<u>(2.629)</u>	<u>231.106</u>	<u>(1.141)</u>	<u>229.965</u>

Consolidado passivo	Saldo inicial 01.01.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.17
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	2.614	2.811	5.425	189	5.614
Valor justo dos ativos biológicos	53.685	(8.630)	45.055	(8.952)	36.103
Custo atribuído e revisão da vida útil	177.293	(759)	176.534	3.125	179.659
Subvenção governamental	1.291	43	1.334	(532)	802
Carteira de clientes	1.601	(269)	1.332	(270)	1.062
Amortização ágio fiscal	10.182	4.888	15.070	4.888	19.958
	<u>246.666</u>	<u>(1.916)</u>	<u>244.750</u>	<u>(1.552)</u>	<u>243.198</u>

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2015	<u>130.582</u>	<u>140.828</u>	<u>563</u>	<u>258</u>	<u>272.231</u>
Resultado da equivalência patrimonial	18.473	16.778	(5)	(116)	35.130
Dividendos propostos	(4.400)	(3.897)	-	-	(8.297)
Aporte capital	31.721	-	94	90	31.905
Redução capital	-	(43.797)	-	-	(43.797)
Adiantamento futuro aumento capital	(31.721)	-	(94)	-	(31.815)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>144.655</u>	<u>109.912</u>	<u>558</u>	<u>232</u>	<u>255.357</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(17.949)	14.465	(2)	(53)	(3.539)
Dividendos propostos	(13.198)	(16.777)	-	-	(29.975)
Aporte capital	-	7.896	-	70	7.966
Redução capital	-	(36.998)	-	-	(36.998)
Adiantamento futuro aumento capital	20.098	-	-	-	20.098
Em 31 de dezembro de 2017	<u>133.606</u>	<u>78.498</u>	<u>556</u>	<u>249</u>	<u>212.909</u>

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia
Circulante				
Ativo	2.877	13.430	22	14
Passivo	(1.471)	(466)	-	-
Ativo/Passivo Circulante Líquido	1.406	12.964	22	14
Não Circulante				
Ativo	145.388	65.989	534	237
Passivo	(13.187)	(450)	-	-
Ativo/Passivo Não Circulante Líquido	132.201	65.539	534	237
Patrimônio Líquido	133.607	78.503	556	251
Receita líquida	15.090	14.526	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.060)	15.400	(2)	(53)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	111	(934)	-	-
Resultado do exercício	(17.949)	14.466	(2)	(53)
Participação no capital em %	100,00	99,99	100,00	99,56

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2017, os acionistas da controlada Habitasul Florestal S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 13.199, que foram colocados à disposição dos acionistas até 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 já haviam sido destinados dividendos obrigatórios no valor de R\$ 4.400.

No exercício de 2017, a controladora Celulose Irani S.A. realizou adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R\$ 20.098, sendo R\$ 1.280 em moeda corrente, R\$ 17.598 compensado com dividendos a pagar e o saldo R\$ 1.220 com adiantamentos de cliente efetuados pela Controladora.

No exercício de 2017, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 7.896 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

Na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. em 30 de junho de 2017 os sócios resolveram reduzir o capital da Sociedade, por estar excessivo em relação ao objeto social da sociedade. A controladora Celulose Irani S.A. foi restituída ao valor de R\$ 36.998, sendo R\$ 4.281 em moeda corrente e o saldo, no valor de R\$ 32.717 com créditos existentes na controlada. Os percentuais de participação de todos os sócios permaneceram inalterados.

Em 27 de abril de 2017, houve na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda a aprovação de dividendos referentes ao exercício de 2016, no valor de R\$ 16.777. (R\$ 3.897 deliberados no exercício 2016 referentes ao exercício de 2015, pagos em moeda corrente).

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	23.281	12.051	35.332
Depreciação	-	(493)	(493)
Saldo contábil líquido	23.281	11.558	34.839
Custo	23.281	12.702	35.983
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
Saldo contábil líquido	23.281	11.558	34.839
Em 31 de dezembro 2017			
Saldo inicial	23.281	11.558	34.839
Baixa	(727)	-	(727)
Depreciação	-	(507)	(507)
Saldo contábil líquido	22.554	11.051	33.605
Custo	22.554	12.702	35.256
Depreciação acumulada	-	(1.651)	(1.651)
Saldo contábil líquido	22.554	11.051	33.605

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	7.086	12.051	19.137
Depreciação	-	(493)	(493)
Saldo contábil líquido	7.086	11.558	18.644
Custo	7.086	12.702	19.788
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
Saldo contábil líquido	7.086	11.558	18.644
Em 31 de dezembro de 2017			
Saldo inicial	7.086	11.558	18.644
Baixa	(667)	-	(667)
Depreciação	-	(507)	(507)
Saldo contábil líquido	6.419	11.051	17.470
Custo	6.419	12.702	19.121
Depreciação acumulada	-	(1.651)	(1.651)
Saldo contábil líquido	6.419	11.051	17.470

Terrenos

Refere-se principalmente a terrenos mantidos pela controladora, para futuras instalações de parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul com área total de 4.454.406 m², e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição de R\$ 16.134. A implantação de parques eólicos está em fase de avaliação de projetos através da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda.

Também fazem parte das propriedades para investimentos, os terrenos localizados na cidade de Cachoeirinha - RS com área total de 60.905 m² por valor de R\$ 6.207. Esses terrenos juntamente com as edificações do local se encontram alugados para as atividades da Koch Metalúrgica S.A. que tem lá sua sede instalada.

Edificações

Refere-se a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC com área construída de 25.271 m² e valor de R\$ 3.407. Tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

Também compõe as propriedades para investimentos as edificações adquiridas juntamente com o terreno onde está localizada a sede da Koch Metalúrgica S.A. com área construída de 16.339 m² e valor de R\$ 7.644.

As receitas e despesas geradas pelas propriedades para investimento que se encontram alugadas são reconhecidas no resultado conforme demonstrado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de aluguéis	1.233	2.459
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(870)	(748)

As propriedades para investimento estão avaliadas em 31 de dezembro de 2017 ao custo histórico. Para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$ 50.315 na controladora e de R\$ 32.440 no consolidado. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes e internos, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares.

A Companhia possui parte de suas propriedades para investimentos cedidas em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 12.425.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	183.027	156.265	393.972	2.907	6.281	29.399	6.217	11.459	789.527
Aquisições	-	-	6.353	1.177	693	43.145	609	-	51.977
Baixas	-	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(162)	-	(1.326)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.733)	(53.177)	(847)	(2.031)	-	(2.222)	(625)	(61.635)
Saldo contábil líquido	183.027	157.518	368.684	3.224	5.154	45.660	4.442	10.834	778.543
Custo	183.027	210.545	802.756	6.647	15.393	45.660	26.747	16.061	1.306.836
Depreciação acumulada	-	(53.027)	(434.072)	(3.423)	(10.239)	-	(22.305)	(5.227)	(528.293)
Saldo contábil líquido	183.027	157.518	368.684	3.224	5.154	45.660	4.442	10.834	778.543
Em 31 de dezembro de 2017									
Saldo inicial	183.027	157.518	368.684	3.224	5.154	45.660	4.442	10.834	778.543
Aquisições	-	33	7.959	37	440	24.695	1.946	-	35.110
Baixas	(5.909)	(89)	(611)	(2)	(35)	(2)	(98)	-	(6.746)
Transferências	-	3.431	21.147	1.637	2.573	(28.788)	-	-	-
Depreciação	-	(4.945)	(40.204)	(1.133)	(1.885)	-	(2.198)	(644)	(51.009)
Saldo contábil líquido	177.118	155.948	356.975	3.763	6.247	41.565	4.092	10.190	755.898
Custo	177.118	213.909	830.705	8.317	19.357	41.565	28.579	16.061	1.335.611
Depreciação acumulada	-	(57.961)	(473.730)	(4.554)	(13.110)	-	(24.487)	(5.871)	(579.713)
Saldo contábil líquido	177.118	155.948	356.975	3.763	6.247	41.565	4.092	10.190	755.898

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2016

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial	251.329	157.942	394.036	3.337	6.685	29.399	6.223	11.459	860.410
Aquisições	-	-	6.370	1.177	700	43.145	609	-	52.001
Baixas	-	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(163)	-	(1.327)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.929)	(53.192)	(949)	(2.038)	-	(2.227)	(625)	(61.960)
Saldo contábil líquido	251.329	158.999	368.750	3.552	5.558	45.660	4.442	10.834	849.124
Custo	251.329	215.067	802.850	7.205	16.028	45.660	26.787	16.061	1.380.987
Depreciação acumulada	-	(56.068)	(434.100)	(3.653)	(10.470)	-	(22.345)	(5.227)	(531.863)
Saldo contábil líquido	251.329	158.999	368.750	3.552	5.558	45.660	4.442	10.834	849.124

Em 31 de dezembro de 2017

Saldo inicial	251.329	158.999	368.750	3.552	5.558	45.660	4.442	10.834	849.124
Aquisições	-	33	8.030	81	449	24.713	1.946	-	35.252
Baixas	(5.912)	(89)	(610)	(2)	(112)	(2)	(98)	-	(6.825)
Transferências	-	3.431	21.147	1.637	2.573	(28.788)	-	-	-
Depreciação	-	(5.126)	(40.223)	(1.232)	(1.910)	-	(2.198)	(644)	(51.333)
Saldo contábil líquido	245.417	157.248	357.094	4.036	6.558	41.583	4.092	10.190	826.218
Custo	245.417	218.432	830.873	8.919	19.917	41.583	28.619	16.061	1.409.821
Depreciação acumulada	-	(61.184)	(473.779)	(4.883)	(13.359)	-	(24.527)	(5.871)	(583.603)
Saldo contábil líquido	245.417	157.248	357.094	4.036	6.558	41.583	4.092	10.190	826.218

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo inicial	104.380	4.710	1.396	110.486
Aquisições	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.069</u>	<u>112.367</u>
Custo	104.380	7.081	10.625	122.086
Amortização acumulada	-	(3.163)	(6.556)	(9.719)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.069</u>	<u>112.367</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo inicial	104.380	3.918	4.069	112.367
Aquisições	-	-	1.696	1.696
Amortização	-	(792)	(1.183)	(1.975)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.126</u>	<u>4.582</u>	<u>112.088</u>
Custo	104.380	7.081	12.321	123.782
Amortização acumulada	-	(3.955)	(7.739)	(11.694)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.126</u>	<u>4.582</u>	<u>112.088</u>
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo inicial	104.380	4.710	1.931	111.021
Aquisições	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.604</u>	<u>112.902</u>
Custo	104.380	7.081	11.164	122.625
Amortização acumulada	-	(3.163)	(6.560)	(9.723)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.604</u>	<u>112.902</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo inicial	104.380	3.918	4.604	112.902
Aquisições	-	-	1.696	1.696
Amortização	-	(792)	(1.183)	(1.975)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.126</u>	<u>5.117</u>	<u>112.623</u>
Custo	104.380	7.081	12.860	124.321
Amortização acumulada	-	(3.955)	(7.743)	(11.698)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.126</u>	<u>5.117</u>	<u>112.623</u>

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.12.17	31.12.16
Prédios e construções *	2,50	2,19
Equipamentos e instalações **	6,78	5,86
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
<i>Softwares</i>	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de *leasing* financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2017 e 2016 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Administrativos	1.507	1.232	2.008	1.558
Produtivos	49.502	60.403	49.325	60.402
	<u>51.009</u>	<u>61.635</u>	<u>51.333</u>	<u>61.960</u>

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2017 e 2016 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Administrativos	1.679	1.218	1.679	1.218
Produtivos	296	215	296	215
	<u>1.975</u>	<u>1.433</u>	<u>1.975</u>	<u>1.433</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações dos ativos da Companhia e suas controladas no exercício de 2017.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras. Os valores apresentados estão baseados em laudos de avaliação específica na data da contratação das operações ou em avaliações posteriores, de acordo com o determinado em contrato, conforme descrito abaixo:

	31.12.17
Equipamentos e instalações	354.024
Prédios e construções	118.247
Terrenos	409.025
Total de imobilizado em garantias	<u>881.296</u>

g) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios está reconhecida pelo valor justo de R\$ 7.081 e sofreu no exercício de 2017 uma amortização de R\$ 792 (R\$ 792 em 2016), apresentando desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 3.126. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

h) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	26,2%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (<i>Wacc</i>)	11,92%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a

variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Custo de formação dos ativos biológicos	25.391	31.372	45.099	48.398
Diferencial do valor justo ativos biológicos	8.320	38.324	145.697	187.009
	<u>33.711</u>	<u>69.696</u>	<u>190.796</u>	<u>235.407</u>

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 99.700 (R\$ 127.722 em 31 de dezembro de 2016) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes, o montante de R\$ 65.960 (R\$ 95.363 em 31 de dezembro de 2016) se refere a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 91.096 (R\$ 107.685 em 31 de dezembro de 2016), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi Income Approach com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		
	31.12.17	31.12.16	Impacto no valor justo dos ativos biológicos
Área plantada (hectare)	17.475	19.837	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	3,00%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	8,50%	9,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	9,50%	10,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	9,00%	10,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	49,00	48,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	39,2	39,7	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio o Grande do Sul (*)	21,8	21,9	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

* O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina diferem em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para

produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m³ por hectare/ano.

Neste exercício de 2017, a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou a avaliação de todos os seus ativos biológicos.

No exercício de 2017, as florestas da controlada Habitasul Florestal S.A., localizada no Rio Grande do Sul, tiveram a incidência de incêndio florestal. No total o incêndio consumiu 1.239 hectares florestados com pinus, sendo 77 hectares de floresta adulta que não sofreu grandes danos, podendo ainda ser resinadas e ter sua madeira comercializada, e 1.162 hectares de florestas jovens, com idades entre 1 a 8 anos, que necessitarão serem reformadas.

A Companhia reconheceu os efeitos deste evento no valor justo dos ativos biológicos que foi estimado em aproximadamente R\$ 5 milhões, juntamente com os demais efeitos de variação do valor justo, nas demonstrações financeiras dos primeiros três meses de 2017.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.15	92.870	261.559
Plantio	5.115	7.370
Exaustão		
Custo histórico	(46)	(1.133)
Valor justo	(62)	(8.108)
Custo venda de floresta	(30.119)	(51.675)
Variação do valor justo	1.938	27.394
Saldo em 31.12.16	69.696	235.407
Plantio	4.935	7.997
Exaustão		
Custo histórico	(275)	(1.316)
Valor justo	(393)	(9.119)
Custo venda de floresta	(31.326)	(31.326)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(7.896)	-
Variação do valor justo	(1.030)	(10.847)
Saldo em 31.12.17	33.711	190.796

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios de 2017 e de 2016 foi substancialmente reconhecida no resultado do exercício, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou com a Timber XI SPE S.A. Contrato de Compra e Venda de Ativos, por meio do qual a Companhia vendeu à Compradora aproximadamente 1.855 hectares de florestas em pé pelo valor de R\$ 19.100. Em decorrência da venda das florestas, a Compradora e a Companhia celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às florestas ao longo do prazo de 8 anos, tendo em vista sua elevada experiência nesse escopo de serviço.

Adicionalmente, como parte desta operação a Companhia vendeu à Compradora o imóvel denominado Fazenda São Pedro com aproximadamente 1.520 hectares de área total, pelo valor de R\$ 12.166. Em decorrência da venda da Fazenda São Pedro, a Compradora e a Companhia também celebraram um Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural, por meio do qual a Companhia possui o direito de exploração das florestas de sua propriedade plantadas sobre o imóvel, ao longo do prazo de 8 anos. Encerrado o período de arrendamento a Companhia possui a opção de recompra do referido imóvel pelo valor de venda corrigido pela inflação (IPCA). O contrato foi classificado como arrendamento operacional.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia e a sua subsidiária Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. celebraram com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. (“Global”), Contrato de Compra e Venda de Floresta, por meio do qual a Companhia vendeu à Global aproximadamente 4.644 hectares de florestas, pelo valor de R\$ 55.500, de forma que a Global explorará as florestas ao longo do prazo de 11 anos. As florestas vendidas não comprometem o suprimento florestal da Companhia uma vez que excedem ao necessário para a estratégia de suprimento da fábrica de celulose.

Em decorrência da Operação, a Global e a Companhia também celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às florestas, tendo em vista sua elevada experiência nesse escopo de serviço.

A Global outorgou ainda opções de compra anuais, a serem exercidas ao longo dos próximos 11 (onze) anos, em favor da Irani Participações S.A., controladora da Companhia, em relação à aquisição de talhões das florestas, de forma que a Irani Participações S.A., diretamente ou por meio de uma afiliada, inclusive a Companhia, poderá adquiri-los durante esse período. As opções de compra das florestas podem ou não serem exercidas pela Irani Participações ou pela Companhia, pois dependem da evolução do mercado de florestas e da estratégia de suprimento de madeira da Companhia. As opções de compra dos períodos de 2016 a 2018 foram exercidas pela Companhia e somam aproximadamente 1.650 hectares de florestas.

No exercício de 2017, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 7.896, na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas deram parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 82.908, o que representa aproximadamente 43% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 15,8 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 6,7 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. Em decorrência da operação realizada com a Timber XI SPE S.A., onde a Companhia vendeu aproximadamente 1.520 hectares de área de terras e celebrou Contrato de Arrendamento do Imóvel pelo prazo de 8 anos, passaram a compor a produção em terras de terceiros aproximadamente 732 hectares de florestas. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa atualmente aproximadamente 5% da área total com ativos biológicos da Companhia.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

		Controladora e Consolidado	
		31.12.17	31.12.16
Circulante	Encargos anuais %		
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,25%, TJLP + 4,80%, Selic + 5,64% e ECM + 3,65%	4.687	7.580
Capital de giro	Fixo a 9,80%, CDI + 4,08% e 135% do CDI	84.086	112.328
Capital de giro - CDCA	IPCA + 10,22%	-	22.629
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	13.059	7.172
Leasing financeiro	Fixo a 15,65%	928	263
BNDES	TJLP + 3,60%	8.413	7.509
Total moeda nacional		111.173	157.481
Moeda estrangeira			
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo entre 4,72% e 6,80%	26.800	28.807
Banco Credit Suisse - PPE	Libor + 8,00%	467	24.360
Banco Itaú BBA - CCE	Fixo a 5,80%	-	8.087
Banco Santander PPE	Libor + 6,95%	591	3.657
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 6,95%	14.195	43.108
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	1.358	1.110
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	321	316
Total moeda estrangeira		43.732	109.445
Total do circulante		154.905	266.926
Não Circulante			
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,25%, TJLP + 4,80%, Selic + 5,64% e ECM + 3,65%	6.339	8.495
Capital de giro	Fixo a 9,80%, CDI + 4,08% e 135% do CDI	111.118	119.492
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	162.310	177.451
Leasing financeiro	Fixo a 15,65%	1.482	471
BNDES	TJLP + 3,60%	33.237	41.088
Total moeda nacional		314.486	346.997
Moeda estrangeira			
Banco Credit Suisse - PPE	Libor + 8,00%	122.668	104.000
Banco Santander PPE	Libor + 6,95%	6.734	3.606
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 6,95%	170.450	151.327
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	2.053	2.950
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	800	1.103
Total moeda estrangeira		302.705	262.986
Total do não circulante		617.191	609.983
Total		772.096	876.909

		Controladora e Consolidado	
Vencimentos no longo prazo:		31.12.17	31.12.16
	2018	-	221.707
	2019	207.635	187.603
	2020	168.280	129.824
	2021	144.431	67.768
	2022 a 2024	96.845	3.081
		617.191	609.983

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Controladora e Consolidado					
	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Em moeda nacional						
Capital de giro	(1.292)	(604)	(304)	(152)	(48)	(2.400)
Capital de giro - Operação Sindicalizada CCE	(1.471)	(1.352)	(1.040)	(679)	(219)	(4.761)
Total moeda nacional	(2.763)	(1.956)	(1.344)	(831)	(267)	(7.161)
Em moeda estrangeira						
Banco Credit Suisse - PPE	(586)	(491)	(181)	(27)	-	(1.285)
Banco Rabobank e Santander PPE	(934)	(838)	(634)	(406)	(129)	(2.941)
Banco LBBW - FINIMP	(15)	-	-	-	-	(15)
Total moeda estrangeira	(1.535)	(1.329)	(815)	(433)	(129)	(4.241)
	(4.298)	(3.285)	(2.159)	(1.264)	(396)	(11.402)

c) Operações significativas contratadas no exercício

- i) Adiantamento de Contrato de Câmbio: firmados contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante total de US\$ 7.708 (equivalentes a R\$ 24.273 na data de contratação) com vencimentos até agosto de 2018 e taxas de juros fixas de 4,72% a 6,80% a.a.
- ii) Capital de Giro Banco BTG Pactual CCE: firmado contrato de CCE junto ao Banco BTG Pactual no valor de R\$ 38,3 milhões, com vencimento final em novembro de 2018 e taxa de juros de CDI + 4,30% a.a. O empréstimo será liquidado em parcelas trimestrais a partir de fevereiro de 2018.
- iii) Banco Credit Suisse – PPE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em fevereiro de 2020 e custo de Libor 3M + 7,50% a.a. A operação terá carência de 18 meses e será liquidada trimestralmente com vencimento final em agosto de 2021 e custo de Libor 3M + 8% a.a.
- iv) Banco Safra CCE: firmado alongamento e consolidação de contratos que previam vencimento em novembro de 2019 e custo médio de 128% do CDI. A operação terá carência de 9 meses e será liquidada mensalmente sendo o vencimento final em junho de 2020 e custo de 137% do CDI.
- v) Banco Santander PPE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em novembro de 2018 e custo de Libor 12M + 5,50% a.a. A operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento final em setembro de 2022 e custo de Libor 3M + 6,95% a.a.
- vi) Banco Itaú BBA CCE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em dezembro de 2018 e custo de CDI + 3,50% a.a. A operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento final em setembro de 2022 e custo de CDI + 5,00% a.a.
- vii) Banco Rabobank e Santander PPE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em novembro de 2018 e custo de Libor 3M + 5,50% a.a. A operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento final em setembro de 2022 e custo de Libor 3M + 6,95% a.a.

- viii) Banco Rabobank CCE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em setembro de 2020 e custo de CDI + 3,75% a.a. A operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento final em setembro de 2022 e custo de CDI + 5,00% a.a.
- ix) Banco Santander CCE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em dezembro de 2018 e custo de CDI + 2,70% a.a. A operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento final em setembro de 2022 e custo de CDI + 5,00% a.a.
- x) Operação Sindicalizada CCE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em julho de 2021 e custo de CDI + 5,00% a.a. A operação terá carência de 8 meses e será liquidada mensalmente da 1ª (primeira) a 4ª (quarta) parcela e trimestralmente a partir da 5ª (quinta) parcela com vencimento final em setembro de 2022. Não houve alteração no custo.

d) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas) e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$ 257.730. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.
- ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Rabobank e Santander, foram oferecidos como garantia terras e florestas no valor de R\$ 164.878.
- iii) Para o empréstimo de Capital de Giro – Operação Sindicalizada, contratada junto aos bancos Itaú, Santander e Rabobank, foram oferecidos como garantias terras e florestas no valor de R\$ 156.709 e cessão fiduciária de recebíveis no valor de R\$ 15.000.
- iv) Para o financiamento contratado junto ao BNDES foram oferecidos como garantias um imóvel industrial abrangendo terreno, construções e equipamentos, dois imóveis comerciais e um residencial, que perfazem um montante de R\$ 121.436.
- v) Para empréstimo de capital de giro – Operação CCE contratada junto ao BTG Pactual foram oferecidos como garantias reais e fiduciárias de bens e direitos da Companhia no valor de R\$ 60.988.
- vi) Para o alongamento das operações junto aos bancos Itaú BBA, Santander e Rabobank foi oferecida como garantia adicional a planta industrial Papel SC - abrangendo terreno, construções e equipamentos, que perfazem um montante de R\$ 292.579.

e) Cláusulas Financeiras Restritivas

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

Índices financeiros com verificação anual:

- i) Banco Itaú BBA – CCE
- ii) Banco Santander Brasil – PPE
- iii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada
- iv) Banco Rabobank – CCE
- v) Banco Santander – CCE
- vi) Banco Rabobank e Santander – PPE

a) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA:

	Relação entre a dívida líquida e o EBITDA - menor ou igual: (x)					
	Contratado	Apurado	Contratado	Contratado	Contratado	Contratado
	2017	2017	2018	2019	2020	2021
i) Banco Itaú BBA – CCE	5	3,65	4	3,5	3,5	3,5
ii) Banco Santander Brasil – PPE	5	3,65	4	3,5	3,5	3,5
iii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada	5	3,65	4	3,5	3,5	3,5
iv) Banco Rabobank – CCE	5	3,65	4	3,5	3,5	3,5
v) Banco Santander – CCE	5	3,65	4	3,5	3,5	3,5
vi) Banco Rabobank e Santander – PPE	5	3,65	4	3,5	3,5	3,5

b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida:

	Relação entre o EBITDA e Despesas Financeiras - maior ou igual: (x)					
	Contratado	Apurado	Contratado	Contratado	Contratado	Contratado
	2017	2017	2018	2019	2020	2021
i) Banco Itaú BBA – CCE	1,75	1,93	2	2	2	2
ii) Banco Santander Brasil – PPE	1,75	1,93	2	2	2	2
iii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada	1,75	1,93	2	2	2	2
iv) Banco Rabobank – CCE	1,75	1,93	2	2	2	2
v) Banco Santander – CCE	1,75	1,93	2	2	2	2
vi) Banco Rabobank e Santander – PPE	1,75	1,93	2	2	2	2

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu os indicadores financeiros contratados junto aos credores acima.

vii) Banco BTG - CCE

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 4,00x (quatro vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes).

Em 26 de janeiro de 2018 a Companhia obteve *waiver* junto ao credor por não ter atendido o índice do item “b”. A operação está registrada no curto prazo.

Índices financeiros com verificação trimestral:

viii) Banco Credit Suisse - PPE

- a) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA:

	Relação entre a dívida líquida e o EBITDA - menor ou igual: (x)						
	1T17 a 2T17	3T17	4T17	1T18 a 3T18	4T18 a 3T19	4T19 a 3T20	4T20 a 2T21
Contratado	4,25	6	5	5	4,5	4	3,5
Apurado	4,46 - 6,7	5,88	3,65	-	-	-	-

- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida:

	Relação entre o EBITDA e Despesas Financeiras - maior ou igual (x)					
	1T17 a 2T17	3T17	4T17	1T18	2T18 a 3T18	4T18 a 2T21
Contratado	2	1,25	1,5	1,5	1,75	2
Apurado	1,9 - 1,22	1,29	1,93	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu os indicadores financeiros contratados junto ao Banco Credit Suisse.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

17. DEBÊNTURES

a) Abertura dos saldos contábeis

Circulante	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			31.12.17	31.12.16
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	30.11.12	CDI + 2,75%	-	12.077
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 4,30%	-	19.037
Total do circulante			-	31.114
Não Circulante				
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 4,30%	-	9.352
Total do não circulante			-	9.352
Total			-	40.466

A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

As Debêntures Simples emitidas em 20 de maio de 2013 e as Debêntures Simples emitidas em 30 de novembro de 2012 foram liquidadas no exercício de 2017.

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
CIRCULANTE				
Interno				
Materiais	59.042	57.539	59.276	57.578
Prestador de serviços	7.628	6.118	7.775	6.254
Transportadores	14.867	14.852	14.876	14.858
Partes relacionadas	13.626	32.181	-	-
Outros	629	824	629	824
Externo				
Materiais	395	335	395	335
	<u>96.187</u>	<u>111.849</u>	<u>82.951</u>	<u>79.849</u>

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Habitasul Florestal S.A.	-	4.400	1.890	983
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	11.725	31.349
Remuneração dos administradores	-	-	799	828
Participação dos administradores	-	-	692	692
Habitasul Desenvolvidimentos Imobiliários	17	17	-	-
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	13	-	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	19.686	18.960	-	-
Irani Participações S/A	751	-	-	-
Total	20.467	23.377	15.106	33.852
Parcela circulante	2.724	4.417	15.106	33.852
Parcela não circulante	17.743	18.960	-	-

Controladora	Receitas		Despesas	
	2017	2016	2017	2016
Habitasul Florestal S.A.	-	-	8.969	9.118
Gratificações à Administradores	-	-	5.000	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	11.839	14.103
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	289	280
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.297	1.236
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	1.297	-
Irani Participações S/A	-	-	5.269	480
Habitasul Desenvolvidimentos Imobiliários	-	-	177	213
Koch Metalúrgica S.A.	726	1.824	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	8.218	6.643
Total	726	1.824	42.355	32.073

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Habitasul Desenvolvidimentos Imobiliários	17	17	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	19.686	18.960	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	799	828
Participação dos administradores	-	-	692	692
Total	19.703	18.977	1.491	1.520
Parcela circulante	1.960	17	1.491	1.520
Parcela não circulante	17.743	18.960	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas	
	2017	2016	2017	2016
Irani Participações S/A	-	-	5.269	480
Gratificações à Administradores	-	-	5.000	-
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	289	280
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.297	1.236
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	1.297	-
Remuneração dos administradores	-	-	8.271	6.699
Habitasul Desenvolvidores Imobiliários	-	-	177	213
Koch Metalúrgica S.A.	726	1.824	-	-
Total	726	1.824	21.600	8.908

Os débitos junto às controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda., e PFD Administradora de Imóveis Ltda. corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba partilhado em 50% para cada uma, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 119, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 238 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os créditos junto a Koch Metalúrgica S.A. são decorrentes de adiantamento para fornecimento de equipamentos no valor de R\$ 17.743, de recebíveis referente a aluguel de imóvel no valor de R\$ 1.818, e de recebíveis referente a venda de mercadorias no valor de R\$ 125. Estes saldos são mantidos a valores históricos, sem atualizações monetárias nem juros. As partes relacionadas Irani Participações S.A. e Companhia Comercial de Imóveis, são avalistas garantidoras destes saldos.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram na controladora R\$ 13.218 no exercício de 2017 (R\$ 6.643 no exercício de 2016) e no consolidado R\$ 13.271 no exercício de 2017 (R\$ 6.699 no exercício de 2016) e inclui o pagamento aprovado pelo Conselho de Administração no valor de R\$ 5.000 ao ex-Presidente do Conselho de Administração, Dr. Pérciles de Freitas Druck, o qual apresentou sua renúncia, visando dar continuidade ao processo de sucessão na administração das empresas do Grupo.

A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2017 no valor máximo de R\$ 12.000. O valor pago excedente à remuneração aprovada para o exercício será ratificado em Assembleia Geral Extraordinária que está sendo convocado.

O débito junto a Irani Participações S/A. corresponde principalmente a contrato de remuneração de garantia, pelo qual a Companhia remunera fianças e avais outorgados pela Irani Participações S/A., em seu favor, para viabilizar a contratação de empréstimos e financiamentos.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Provisões cíveis	1.716	1.400	1.716	1.400
Provisões trabalhistas	6.428	3.677	6.832	3.677
Provisões tributárias	47.549	1.027	47.549	1.027
Total	<u>55.693</u>	<u>6.104</u>	<u>56.097</u>	<u>6.104</u>

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.17
Cível	1.400	382	-	(66)	1.716
Trabalhista	3.677	4.044	(488)	(805)	6.428
Tributária	1.027	46.522	-	-	47.549
	<u>6.104</u>	<u>50.948</u>	<u>(488)</u>	<u>(871)</u>	<u>55.693</u>
Consolidado	31.12.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.17
Cível	1.400	382	-	(66)	1.716
Trabalhista	3.677	4.448	(488)	(805)	6.832
Tributária	1.027	46.522	-	-	47.549
	<u>6.104</u>	<u>51.352</u>	<u>(488)</u>	<u>(871)</u>	<u>56.097</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2017, havia R\$ 1.716 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais

de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 6.832 em 31 de dezembro de 2017 e, acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.

c) As provisões tributárias totalizam um valor de R\$ 47.549, e se referem principalmente à:

i) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 748. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

ii) Compensação de tributos federais referente às suas operações que tem como base a exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e da COFINS e que em 15 de março de 2017 foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e definiu que “o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. O montante compensado no exercício de 2017 foi de R\$ 25.051, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 35.009.

iii) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, os quais não foram iniciados pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até o exercício de 2017 foi de R\$ 5.006, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 7.000.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Contingências trabalhistas	15.289	11.924
Contingências cíveis	7.897	6.944
Contingências tributárias	70.389	84.802
	<u>93.575</u>	<u>103.670</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 15.289 em 31 de dezembro de 2017 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 7.897 em 31 de dezembro de 2017 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 70.389 em 31 de dezembro de 2017 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 39.483. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de Notificações Fiscais que versam sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais e compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia, que totalizam em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 6.777. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido, com valor em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 5.844. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Especiais.
- Processo Administrativo referente a Autos de Infração oriundo de compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações com valor em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 5.822. A Companhia discute judicialmente a referida notificação fiscal.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ e CSLL oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de

dezembro de 2017 de R\$ 3.103. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

Adesão ao Programa de Regularização Tributária – PERT

Em 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT nas modalidades: “Demais Débitos – RFB” pagamento a vista; e “Demais Débitos – PGFN” pagamento a vista. A Companhia incluiu no programa débitos de IPI, PIS e COFINS, dentre eles certa execução fiscal que aguardava julgamento dos Embargos à Execução Fiscal que ao todo somam o valor bruto de R\$ 28.422, sobre os quais obteve reduções de multa e juros previstas em Lei no valor de R\$ 14.964, liquidou parte a título de antecipação no valor de R\$ 1.420 e utilizou créditos de IR e CSLL sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 12.038. O efeito líquido no resultado de 2017 por conta da adesão ao PERT foi uma despesa de R\$ 7.699. (R\$ 4.893 como Outras Despesas Operacionais e R\$ 2.806 como Despesas Financeiras) Em virtude da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT a Companhia deve manter os recolhimentos de seus tributos regulares como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no acordo do programa.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é de R\$ 161.895, composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de Tag Along de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b) Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		31.12.17		31.12.16	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

c) Pagamento baseado em ações

A Companhia realizou em 2013 um programa de remuneração com base em ações chamado de Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I), liquidado com ações, segundo o que a entidade recebeu os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. A totalidade das opções foram exercidas no período entre 1º de abril de 2013 e 30 de abril de 2013. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções exercida pelos participantes foi de 1.612.040 ações pelo preço médio de exercício por ação de R\$ 1,26.

d) Lucro do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais. No exercício de 2017, a Companhia não apurou lucro base para distribuição de dividendos.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(108.173)	(10.782)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	10.120	17.717
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	518	387
Realização - custo atribuído	12.530	8.947
(Prejuízo)/Lucro base para distribuição de dividendos	(85.005)	16.269
Saldo de dividendos a pagar	-	4.067
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	-	0,024748
Total de dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	-	0,024748

e) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos, conforme itens ii. e iii. da nota explicativa nº 32, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2017 corresponde a um saldo credor de R\$ 196.545, (R\$ 209.075 em 31 de dezembro de 2016).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2017 corresponde a um saldo devedor de R\$ 77.873, (R\$ 81.568 em 31 de dezembro de 2016).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	73.029
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	63.425
Realização - custo atribuído	(8.947)
Em 31 de Dezembro de 2016	127.507
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	3.695
Realização - custo atribuído	(12.530)
Em 31 de Dezembro de 2017	118.672

22. (PREJUÍZO)/LUCRO POR AÇÃO

O (prejuízo)/lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do (prejuízo)/lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o (prejuízo)/lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

(Prejuízo)/lucro básico e diluído das operações continuadas:

	2017		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível a cada espécie de ações	(101.289)	(6.884)	(108.173)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>(0,6582)</u>	<u>(0,6582)</u>	

	2016		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível a cada espécie de ações	(10.096)	(686)	(10.782)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>(0,0656)</u>	<u>(0,0656)</u>	

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas de produtos	1.100.859	1.005.845	1.109.805	1.013.581
Impostos sobre as vendas	(239.290)	(223.724)	(239.978)	(224.457)
Devoluções de vendas	(10.500)	(12.316)	(10.658)	(12.329)
Receita líquida de vendas	<u>851.069</u>	<u>769.805</u>	<u>859.169</u>	<u>776.795</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(423.809)	(393.827)	(405.919)	(350.916)
Gastos com pessoal	(148.264)	(135.816)	(157.477)	(144.981)
Variação valor justo ativos biológicos	(1.030)	1.938	(10.847)	27.394
Depreciação, amortização e exaustão	(85.485)	(93.788)	(95.576)	(124.802)
Frete de vendas	(45.297)	(44.671)	(45.297)	(44.671)
Contratação de serviços	(22.406)	(26.040)	(23.531)	(26.644)
Outras despesas com vendas	(40.734)	(37.753)	(40.734)	(37.753)
Total custos e despesas por natureza	<u>(767.025)</u>	<u>(729.957)</u>	<u>(779.381)</u>	<u>(702.373)</u>
Parcela do custo	(621.676)	(596.872)	(622.425)	(593.422)
Parcela da despesa	(144.319)	(135.023)	(146.109)	(136.345)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.030)	1.938	(10.847)	27.394

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de bens sinistrados e alienados	14.896	2.077	14.946	2.077
Receita de alienação de florestas	19.100	34.700	19.100	55.500
Outras receitas operacionais	2.861	3.937	2.891	3.959
	<u>36.857</u>	<u>40.714</u>	<u>36.937</u>	<u>61.536</u>
Despesas	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos bens sinistrados e alienados	(8.322)	(1.791)	(8.371)	(1.791)
Custo das florestas alienadas	(31.642)	(30.289)	(31.642)	(51.845)
Constituição previdenciária sobre a provisão de férias de exercícios anteriores	-	(1.988)	-	(1.988)
Efeito da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	(4.893)	-	(4.893)	-
Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	(25.051)	-	(25.051)	-
Multa exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	(9.394)	-	(9.394)	-
Provisão perda de créditos a receber XKW Trading	(3.018)	-	(3.018)	-
Provisão perda de créditos a receber de clientes em renegociação e recuperação judicial	(18.506)	-	(18.506)	-
Provisão de subvenção governamental Estado MG	(5.969)	-	(5.969)	-
Provisão perda de crédito tributário consolidação REFIS	(1.701)	-	(1.701)	-
Outras despesas operacionais	<u>(2.424)</u>	<u>(8.381)</u>	<u>(2.445)</u>	<u>(8.400)</u>
	<u>(110.920)</u>	<u>(42.449)</u>	<u>(110.990)</u>	<u>(64.024)</u>
Total	(74.063)	(1.735)	(74.053)	(2.488)

No exercício de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), reconhecendo em outras despesas operacionais o valor de R\$ 4.893, conforme nota explicativa nº 20.

A despesa descrita como exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS se refere à constituição de provisão para riscos tributários descrito na nota explicativa nº 20 c ii.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.120	9.065	7.969	12.422
Juros	176	2.549	184	2.586
Descontos obtidos	127	159	127	160
	<u>7.423</u>	<u>11.773</u>	<u>8.280</u>	<u>15.168</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	13.662	24.764	13.662	24.764
Variação cambial passiva	(22.459)	(44.225)	(22.459)	(44.225)
Variação cambial líquida	<u>(8.797)</u>	<u>(19.461)</u>	<u>(8.797)</u>	<u>(19.461)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(103.646)	(100.136)	(103.672)	(100.148)
Descontos concedidos	(541)	(1.076)	(541)	(1.076)
Deságios/despesas bancárias	(35)	(76)	(43)	(80)
Outros	(1.533)	(1.443)	(1.533)	(1.449)
	<u>(105.755)</u>	<u>(102.731)</u>	<u>(105.789)</u>	<u>(102.753)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(107.129)</u>	<u>(110.419)</u>	<u>(106.306)</u>	<u>(107.046)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
(Prejuízo)/Lucro operacional antes dos efeitos tributários	(100.687)	(37.176)	(100.571)	(35.112)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	34.234	12.640	34.194	11.938
Imposto de Renda e Contribuição Social não constituídos	(34.234)	-	(34.194)	-
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(1.203)	11.944	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(905)	9.131
Outras diferenças permanentes	(6.283)	1.810	(6.697)	3.261
	<u>(7.486)</u>	<u>26.394</u>	<u>(7.602)</u>	<u>24.330</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	2	(525)	(1.348)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.486)	26.392	(7.077)	25.678
Taxa efetiva - %	(7,4)	71,0	(7,6)	69,3

28. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 581.740. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 16 e 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos bancos conta vinculada), conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e 9, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2017 foi de 37% capital próprio e 63% capital de terceiros, principalmente em função dos efeitos da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira que representa 44,87% da dívida total da Companhia, e também do efeito da variação cambial que reduz o Patrimônio Líquido em R\$ 77.873 pela contabilização do *Hedge accounting*.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Dívida (a)	772.096	917.375	772.096	917.375
Caixa e saldos de bancos	(75.896)	(82.844)	(76.949)	(103.885)
Bancos conta vinculada	(8.732)	(94.198)	(8.732)	(94.198)
Dívida Líquida	<u>687.468</u>	<u>740.333</u>	<u>686.415</u>	<u>719.292</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>340.713</u>	<u>445.191</u>	<u>340.721</u>	<u>445.201</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,02</u>	<u>1,66</u>	<u>2,01</u>	<u>1,62</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	75.896	82.844	76.949	103.885
Conta a receber de clientes	167.140	153.644	168.124	154.227
Outras contas a receber	8.993	20.534	9.029	20.585
Bancos conta vinculada	8.732	94.198	8.732	94.198
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	772.096	876.909	772.096	876.909
Debêntures	-	40.466	-	40.466
Fornecedores	96.187	111.849	82.951	79.849

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, essas operações apresentaram exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

Considerando que os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua maior exigibilidade no longo prazo, a Companhia protege a exposição cambial líquida com o equivalente a 30 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2017, e 27 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Contas a receber	27.508	20.062	27.508	20.062
Bancos conta vinculada	6.188	13.537	6.188	13.537
Adiantamento de clientes	(346)	(139)	(346)	(139)
Fornecedores	(395)	(335)	(395)	(335)
Empréstimos e financiamentos	(346.437)	(372.431)	(346.437)	(372.431)
Exposição líquida	<u>(313.482)</u>	<u>(339.306)</u>	<u>(313.482)</u>	<u>(339.306)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2018).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2018.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2018.

Operação	Saldo 31.12.17 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	10.186	3,33	233	4,16	8.715	5,00	17.194
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(224)	3,33	(5)	4,16	(192)	5,00	(378)
Empréstimos e financiamentos	(104.727)	3,33	(2.393)	4,16	(89.600)	5,00	(176.779)
Efeito líquido			<u>(2.165)</u>		<u>(81.077)</u>		<u>(159.963)</u>

A Companhia mantém *Hedge* natural de fluxo de caixa sobre exportações no montante de US\$ 95.255, que pela prática contábil não é considerado para fins desta análise de sensibilidade.

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2017 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), LIBOR (London Interbank Offered Rate), EURIBOR (The Euro Interbank Offered Rate) e ECM (Encargos da Cesta de Moedas).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2018). A TJLP é extraída do BNDDES. Para LIBOR, EURIBOR e EMC são utilizadas as taxas da data de elaboração da análise.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2018.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2018.

Operação			Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Ganho (Perda)		Ganho (Perda)		Ganho (Perda)	
	Indexador	Saldo 31.12.17	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	70.158	6,63%	(144)	8,29%	775	9,95%	1.694
Captações								
Capital de Giro	CDI	(361.749)	6,63%	1.026	8,29%	(5.515)	9,95%	(12.055)
BNDES	TJLP	(41.650)	6,75%	104	8,44%	(599)	10,13%	(1.302)
Finame	TJLP	(5.184)	6,75%	13	8,44%	(75)	10,13%	(162)
Finame	SELIC	(489)	6,64%	2	8,30%	(7)	9,96%	(15)
Finame	ECM	(151)	4,32%	-	5,40%	(2)	6,48%	(4)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 3M	(319.332)	1,81%	(370)	2,26%	(1.815)	2,72%	(3.261)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor 6M	(3.426)	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Efeito Líquido no Resultado				631		(7.238)		(15.105)

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos - considerando renegociações de dívidas recentes, as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos contratados e informações de mercado, entendemos que o valor justo não apresenta variação significativa em relação ao valor contábil.

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos e imóveis, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

Riscos de aplicações de recursos

A Companhia está exposta ao risco quanto a aplicação de recursos com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou coobrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de *rating* S&P e Fitch Rating das instituições financeiras:

	Consolidado	
	31.12.17	Agência
<i>Rating</i> nacional AA- (br)	4.037	S&P
<i>Rating</i> nacional A+ (br)	31.283	S&P
<i>Rating</i> nacional AA+ (br)	32.538	Fitch
	<u>67.858</u>	

É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2017 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. Muito embora a Companhia apresente as análises dos vencimentos somente dos passivos financeiros, a informação sobre ativos financeiros não derivativos

é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2018	2019	2020	2021	acima 2022
Passivos					
Fornecedores	96.187	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.227	239.258	189.109	154.955	99.445
Outros passivos	331	-	-	-	-
	<u>295.745</u>	<u>239.258</u>	<u>189.109</u>	<u>154.955</u>	<u>99.445</u>

Consolidado

	2018	2019	2020	2021	acima 2022
Passivos					
Fornecedores	82.951	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.227	239.258	189.109	154.955	99.445
Outros passivos	331	-	-	-	-
	<u>282.509</u>	<u>239.258</u>	<u>189.109</u>	<u>154.955</u>	<u>99.445</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 50.000, e que aumenta proporcionalmente na medida em que os empréstimos e financiamentos forem liquidados. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratada para a cobertura dos riscos de variação cambial, considerando seu fluxo das exportações, tendo classificado como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*).

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros através da contratação de instrumentos financeiros passivos não derivativo, considerado *hedge natural*. Os instrumentos financeiros contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2021 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 77.873 (R\$ 81.568 em dezembro de 2016).

	Controladora e Consolidado 31.12.17	Controladora e Consolidado 31.12.16
Saldo inicial	123.587	219.686
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	3.867	(77.543)
Reclassificação para resultado	(9.465)	(18.556)
	117.989	123.587
Saldo inicial	(42.019)	(74.693)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(1.315)	26.365
Impostos sobre reclassificação para resultado	3.218	6.309
	(40.116)	(42.019)
Saldo Final	77.873	81.568

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dólar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no exercício. Caso houvesse inefetividade no exercício o valor a ser reconhecido no resultado seria de R\$ 77.873.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria, Embalagem SP - Indaiatuba e Embalagem SP - Vila Maria.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e, extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	2017				
	Embalagem P.O.	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	560.595	165.048	7.488	-	733.131
Mercado externo	-	73.413	52.625	-	126.038
Receita de vendas para terceiros	560.595	238.461	60.113	-	859.169
Receitas entre segmentos	-	43.345	-	(43.345)	-
Vendas líquidas totais	560.595	281.806	60.113	(43.345)	859.169
Variação valor justo ativo biológico	-	4.987	(15.834)	-	(10.847)
Custo dos produtos vendidos	(499.816)	(116.316)	(48.928)	42.635	(622.425)
Lucro bruto	60.779	170.477	(4.649)	(710)	225.897
Despesas operacionais	(113.518)	(42.934)	(6.068)	(57.642)	(220.162)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(52.739)	127.543	(10.717)	(58.352)	5.735
Resultado financeiro	(44.742)	(54.980)	(6.584)	-	(106.306)
Resultado operacional líquido	(97.481)	72.563	(17.301)	(58.352)	(100.571)
Depreciação e Amortização	(12.624)	(38.739)	(974)	(1.478)	(53.815)

	Consolidado				
	2016				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	483.876	145.480	6.077	-	635.433
Mercado externo	-	86.099	55.263	-	141.362
Receita de vendas para terceiros	483.876	231.579	61.340	-	776.795
Receitas entre segmentos	-	15.672	-	(15.672)	-
Vendas líquidas totais	483.876	247.251	61.340	(15.672)	776.795
Variação valor justo ativo biológico	-	7.881	19.513	-	27.394
Custo dos produtos vendidos	(432.782)	(122.699)	(52.822)	14.881	(593.422)
Lucro bruto	51.094	132.433	28.031	(791)	210.767
Despesas operacionais	(67.655)	(21.948)	(4.871)	(44.359)	(138.833)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(16.561)	110.485	23.160	(45.150)	71.934
Resultado financeiro	(46.959)	(54.030)	(6.061)	4	(107.046)
Resultado operacional líquido	(63.520)	56.455	17.099	(45.146)	(35.112)
Depreciação e Amortização	(15.495)	(46.046)	(871)	(1.474)	(63.886)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2017 totalizaram R\$ 859.169 (R\$ 776.795 em 2016).

A receita líquida de venda para o mercado externo em 2017 totalizou R\$ 126.038 (R\$ 141.362 em 2016), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
2017			2016		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Alemanha	18.584	2,16%	Alemanha	20.928	2,69%
Arábia Saudita	15.133	1,76%	China	18.359	2,36%
Argentina	12.191	1,42%	Argentina	16.927	2,18%
China	10.652	1,24%	Arábia Saudita	13.863	1,78%
França	9.367	1,09%	França	8.627	1,11%
África do Sul	7.943	0,92%	África do Sul	8.303	1,07%
Chile	7.053	0,82%	Paraguai	6.721	0,87%
Paraguai	5.178	0,60%	Chile	6.318	0,81%
Holanda	4.613	0,54%	Holanda	4.117	0,53%
Japão	3.885	0,45%	Espanha	3.838	0,49%
Peru	3.288	0,38%	Japão	3.394	0,44%
Cingapura	2.945	0,34%	Cingapura	3.181	0,41%
Turquia	2.582	0,30%	Peru	3.119	0,40%
Portugal	2.211	0,26%	Turquia	2.961	0,38%
Índia	2.149	0,25%	Portugal	2.764	0,36%
Bolívia	2.028	0,24%	Uruguai	2.471	0,32%
Kuwait	1.970	0,23%	Kuwait	2.344	0,30%
Uruguai	1.843	0,21%	Bolívia	2.297	0,30%
México	1.676	0,20%	Áustria	1.602	0,21%
Espanha	1.515	0,18%	Paquistão	1.349	0,17%
Colômbia	1.324	0,15%	Dubai	1.199	0,15%
Áustria	1.303	0,15%	Malásia	1.141	0,15%
Paquistão	1.066	0,12%	Noruega	855	0,11%
Malásia	939	0,11%	Israel	762	0,10%
Hong Kong	922	0,11%	Outros países	3.922	0,50%
Outros países	3.678	0,43%		141.362	18,20%
	126.038	14,67%			

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2017 no mercado interno totalizaram R\$ 733.131 (R\$ 635.433 em 2016).

No ano de 2017, um único cliente representava 4,5% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 25.227. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

31. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

Locação de imóveis de unidades produtivas

A Companhia possui um contrato de aluguel de unidade produtiva, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

O contrato de aluguel de unidade produtiva foi firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem SP – Indaiatuba, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 238, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesas no ano de 2017 pela controladora, líquidos de tributos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 2.859 (R\$ 2.471 em 2016).
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 323 (R\$ 283 em 2016).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valores de 31 de dezembro de 2017 totalizam um montante mínimo de R\$ 45.753. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IPCA acumulado nos últimos 12 meses de 2,95% a.a.

	Até um ano	Depois de um ano até cinco anos	Depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	3.166	12.494	30.093	45.753
Arrendamentos operacionais a valor presente	3.075	11.294	22.282	36.651

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, que somam área total de aproximadamente 880 hectares de efetivos plantios. Do total das áreas arrendadas aproximadamente 732 hectares são representados por arrendamento firmado com a Timber XI SPE S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 15, para o qual a Companhia tem compromisso de desembolso anual do arrendamento. Para outras pequenas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente e que compõe o quadro de arrendamentos operacionais abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamentos operacionais não canceláveis

Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IPCA acumulado nos últimos 12 meses de 2,95% a.a.

	Até um ano	Depois de um ano até cinco anos	Depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	1.394	5.500	4.153	11.047
Arrendamentos operacionais a valor presente	1.354	4.972	3.382	9.708

32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i) ICMS/SC – Prodec: possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 11,63% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 19.554 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 17.194.

- ii) ICMS/SC – Crédito Presumido: o Estado de Santa Catarina concede como principal benefício à apropriação de crédito presumido em conta gráfica do ICMS, nas saídas tributadas de produtos industrializados em cuja fabricação tenha sido utilizado material reciclável correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do custo da matéria-prima, realizadas pela Companhia no Estado, de forma que a carga tributária final relativa a operação própria seja equivalente a 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento) de seu valor (da operação própria), com o objetivo de viabilizar a ampliação da unidade industrial localizada em Vargem Bonita – SC. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 600.000, distribuído ao longo de 5 anos da concessão, podendo ser renovado por igual período, e será utilizado para a ampliação da capacidade de produção de papel e de embalagens.
- iii) ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% (dois por cento) do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG. O investimento total estimado é de aproximadamente R\$ 220.000, e o valor a ser investido será aplicado na modernização e ampliação da capacidade de produção da Máquina de Papel nº 7 (MP 7), e também para a construção de uma nova fábrica de embalagens de papelão ondulado.

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2017, a Companhia efetuou pagamentos de compras de ativo imobilizado, intangível e ativo biológico no montante de R\$ 1.095 que foram financiadas diretamente por fornecedores, e também realizou operações com suas controladas que não afetam caixa conforme nota explicativa nº 12, sendo: i) adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R\$ 17.598 por compensação com dividendos a pagar; ii) aporte capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 7.896; iii) redução de capital na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 32.717 compensado com créditos já existentes.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem Cláusula de “Vencimento Antecipado” caso a Emitente ou a Garantidora não publiquem e/ou entreguem as suas Demonstrações Financeiras auditadas no prazo de 90 dias do encerramento do exercício social, neste sentido, em função da quebra dos compromissos contratuais acima referidos, obtivemos das instituições financeiras (Credit Suisse, BTG Pactual, Itaú Unibanco, Santander e Rabobank) o “*Waiver*” de modo a evitar o vencimento antecipado das operações.

Fazendo referência ao refinanciamento da Companhia para 2018 informamos que fechamos no primeiro trimestre de 2018 operações no montante total de R\$ 82.549, sendo que a principal operação de financiamento e alongamento foi com o Banco BTG Pactual no montante total de R\$ 69.730 da qual R\$ 36.178 de captação novos recursos e alongamentos de contratos no valor de R\$ 33.552.